

Dívida externa

A nova postura dos "cinco grandes" industrializados adotada em sua inesperada e recente reunião em Nova Iorque — admitir que o velho modelo ortodoxo concebido há 40 anos pelo FMI para ajustamento das economias dos diversos países em dificuldades não mais corresponde à realidade atual do seu enorme endividamento externo — poderá ter implicações extremamente importantes para o Brasil.

Em primeiro lugar, ela põe um ponto final nessa ingrata queda-de-braço entre o País e o FMI quanto à imposição de uma política recessiva na economia como forma única de ajustamento da situação interna brasileira. O próprio insucesso dessa orientação, seguida com maior ou menor rigor desde 1981, está expresso no fato de que, malgrado haver o País mergulhado na recessão e no terrível desemprego por ela provocado, nem por isso a pertinaz inflação dos últimos anos foi derrubada dos seus ainda altíssimos patamares.

Hoje, está mais do que provado que a inflação brasileira tem um componente financeiro representado pelo pesado fardo dos juros pagos pela União por conta do oceano de papéis públicos colocados no mercado como instrumento de financiamento de enorme déficit interno na posição de caixa do Governo. Para se ter uma idéia disso, basta considerar que o Orçamento da União para 1986, já devidamen-

Abertura auspiciosa

HUMBERTO QUADROS

te englobadas as suas vertentes monetária e fiscal, prevê uma despesa de Cr\$ 550 trilhões para uma arrecadação tributária de apenas Cr\$ 350 trilhões. Essa colossal cratera de Cr\$ 200 trilhões terá de ser coberta com emissões de novos papéis, de moeda ou ambas. O escândalo nesse quadro é que, daquele montante de despesas, a União pagará de juros a bagatela de Cr\$ 195 trilhões. E a dívida bruta interna não cessa de crescer, havendo previsão de que, ao final do próximo ano, ela já estará entre 400 e 500 trilhões de cruzeiros.

A camisa-de-força do modelo do FMI — redução da inflação apenas pela rigorosa diminuição dos gastos públicos em investimento e custeio — não mais pode ser aplicada ao caso brasileiro. Ela é, por si mesmo, insuficiente para atingir o objetivo pretendido. A verdade mostra que, além da diminuição desses gastos por força de uma política de racionalização das despesas governamentais, é indispensável utilizar um tipo de política monetária que, ao longo do tempo, vá reduzindo a necessidade de financiamento do déficit de caixa da União por meio da venda maciça de papéis públicos no mercado privado.

Ora, a partir dessa nova atitude dos "cinco grandes", fica o Brasil em condições de estabelecer metas de derrubada da inflação perfeitamente sintoniza-

das com a realidade econômica e social do País. Todo o problema, porém, reside em que não se tome esse eventual desafogo como sinal verde para um afrouxamento no férreo controle por que devem passar as contas do setor público, especialmente as das empresas estatais.

De par com essa preocupação, sobreleva notar que há outro ponto de fundamental importância a merecer alta prioridade no País: referimo-nos à política de continuada desestatização da economia brasileira. E esse processo começa — segundo já expressamente admitiu o ministro Dilson Funaro — com a venda de grandes posições acionárias mantidas pelo Governo em empresas sob seu controle. Nesse sentido, deve ser saudada como bastante salutar a decisão do BNDES de alienar grande lote de ações da Petrobrás de seu portfólio, utilizando para isso uma rede de instituições financeiras espalhadas pelo País.

A conjugação de um melhor desempenho operacional das estatais com a privatização de crescente parcela de seu capital trará como resultado a menor carência de recursos do Tesouro para cobertura dos déficits daquelas mesmas empresas. Esses déficits virtualmente inviabilizam o cumprimento pelas estatais da obrigação de re-colherem ao Banco Central os

15 OUT 1985

cruzeiros que elas devem em razão dos empréstimos externos que várias contraíram. Por esse caminho, então, se chegará, também, à menor necessidade de recursos da poupança privada mobilizados através da colocação de ORTN e LTN no mercado.

Um efeito imediato dessa menor pressão tomadora, por parte do Governo, será a progressiva queda na taxa de juros, até agora diretamente influenciada pela insaciável fome de levantar mais e mais dinheiro no mercado para cobrir seus próprios déficits.

Outra implicação bastante importante da decisão dos "cinco grandes" é a relativa desvalorização do dólar como moeda básica de troca no comércio internacional. Como já foi dito, essa queda possibilitará a países como o Brasil ampliar suas exportações para mercados não regulados pelo dólar — sobretudo a Europa e o Japão — e também para o mercado americano pela maior competitividade que nossos produtos passarão a ter em face dos similares europeus e japoneses.

Estamos, pois, diante de uma transformação profunda no sombrio quadro da economia mundial, cujos reflexos serão certamente benéficos para o nosso País. Precisamos, por isso mesmo, aproveitar essa abertura auspiciosa e dela retirar o máximo de vantagens para a posição relativa que o Brasil ocupa no cenário do comércio mundial.